

ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE A DIMINUIÇÃO DA MAIORIDADE PENAL. Juliana Fernanda da Silva, Lucila E. Gomes da Silva Santana, José Fernando Siqueira da Silva (orientador), Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Faculdade de História, Direito e Serviço Social Campus Franca.

Atualmente no Brasil tem-se levantado a redução da maioridade penal alegando-se a impunidade em que se encontra o adolescente autor de ato infracional. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante a inimputabilidade dos menores de dezoito anos, sendo que os adolescentes estão sujeitos às medidas sócio-educativas prescritas no mesmo ao apresentarem conduta descrita como crime ou contravenção penal. (Art.103/104/112).

A violência urbana, crescente nestes últimos anos, vem trazendo à tona a desigualdade em que se encontra a sociedade em que vivemos. O modelo de desenvolvimento e expansão do padrão capitalista de acumulação no Brasil tem produzido o desemprego, o subemprego e múltiplos tipos de trabalhos precários (Gomide, 2000). O crescimento do desemprego e dessas formas precárias de emprego é consequência do aperfeiçoamento dos equipamentos de produção bem como do sistema de gerência, que tende a diminuir o contingente da força de trabalho necessário à sua reprodução determinando um crescente processo de pauperização da classe trabalhadora (Serra, 2001).

Os jovens provenientes das camadas populares se deparam com a ausência dos pais, que cumprem longas jornadas de trabalho, baixos salários, horas extras, trabalho nos fins de semana, além do tempo gasto para percorrer as distâncias que separam sua moradia de seu emprego. Esse impacto no núcleo familiar, acrescido das pressões que estes jovens sofrem para trabalhar e ajudar a família na busca de meios para satisfazer as necessidades básicas e as ditadas pelo consumo, gera um impacto que não pode ser desconsiderado no estudo em questão, ainda que sozinho não explique, evidentemente, o ato infracional. (Arruda, 1983). Soma-se a isso o fato de que a população trabalhadora não cresce na proporção do mercado de trabalho, situação essa que certamente agrava esse contexto (Antunes, 2003).

Neste contexto, muitos jovens buscam satisfazer o desejo de consumir bens e serviços não acessíveis ao seu padrão de vida, através de práticas ilícitas, podendo adquirir, deste modo, status e prestígio no meio social em que vive. Justificam esse procedimento por não conseguirem um lugar no mercado de trabalho que lhes possibilitassem o acesso

aos bens tão fortemente desejados pela juventude e, sedutoramente, oferecidos pela sociedade de consumo (Freitas, 2003).

Estes adolescentes, em sua maioria, têm seus direitos fundamentais à vida, à saúde, à liberdade ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, legalmente garantidos, mas socialmente desrespeitados. Isso fere a sua condição de ser em formação, ou seja, de pessoas humanas em processo de desenvolvimento.

A sociedade tem papel fundamental nesta questão, pois ignora o desenvolvimento inadequado a que estes adolescentes foram submetidos. Normalmente ela tem optado por políticas públicas focais e desastrosas que terminam por reproduzir, também nas unidades de contenção, a violência e a segregação social que prolifera nas ruas. Restringi-se à construção de uma ideologia via trabalho, alienação política e uma descaracterização cultural, produzindo a afirmação dos valores sociais dominantes e socialmente reconhecidos. Opta-se, então, pela limpeza social ao invés de reconhecer e enfrentar um tema que expõe as mazelas da ordem social vigente. É importante, evidentemente, atuar com os indivíduos e discutir seus procedimentos (que também são de ordem subjetiva). No entanto, isso precisa ocorrer a partir de um contexto sócio-histórico que impõe aos grupos pauperizados condições indignas de vida.

Um Boletim Especial publicado pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre adolescente em conflito com a lei, esclarece que mais de 90% das infrações cometidas por esses adolescentes é de roubo, que os mesmos residem nas regiões mais pobres da cidade de São Paulo (leste e sul) e que vivem sem estrutura econômica social e educacional. Afirma, ainda, que mais da metade das medidas sócio-educativas aplicadas é de liberdade assistida. O mesmo estudo aponta que estes adolescentes trocariam a vida na ilegalidade por um trabalho assalariado mesmo ganhando bem menos (Boletim Especial, pesquisa em internet, site: www.aasptjisp.org.br).

É visível a não aplicação concreta do ECA, uma legislação democrática e cidadã. Precisamos de uma sociedade que se proponha a enfrentar, de fato, a questão social não ignorando a necessidade de uma vida digna com educação, trabalho, família, lazer,

moradia, saúde. Uma pedagogia crítica e propositiva também junto aos jovens, deve, ao mesmo tempo, reconhecer a cidadania plena destes adolescentes.

Assim sendo, a diminuição da maioridade penal aumentaria a repressão junto a esse segmento social e, sobretudo, endossaria a velha fórmula, sistematicamente resgatada, de que a questão social deve ser tratada como caso de polícia. Certamente que isso indicaria um profundo retrocesso desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ferindo direitos conquistados e reforçando a cultura da miséria moral e do medo social que a sociedade possui a este respeito. Como é possível, diante desse contexto, defender a diminuição da maioridade penal? Só há uma resposta possível: a defesa dos interesses de uma parte privilegiada da população que insiste em afirmar que o outro, o diferente, vive uma vida indigna por opções meramente pessoais, imorais e patológicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Pequenos Bandidos. São Paulo: Global, 1983.

BRECHT, Bertold. Poemas 1913-1956. São Paulo: Brasiliense, 1986.

D'AGOSTINI, Sandra Mári Córdova. Adolescente em Conflito com a Lei & Realidade. Curitiba: Juruá, 2005.

DEMO, Pedro. Charme da Exclusão Social. Campinas: Autores Associados, 1998. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).

Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez : Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GOMIDE, Paula. Menor Infrator: A caminho de um novo tempo. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

QUEIROZ, José J. (org.). O Mundo do Menor Infrator. São Paulo: Cortez, 1984. (Col. Teoria e Prática Social).

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SERRA, Rose. Trabalho e Reprodução: Enfoques e Abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES - FSS/UFRJ, 2001.

Pesquisa Internet

Pesquisa realizada no dia 10/05/06 no site: www.aasptjsp.org.br boletim especial N°1: Adolescente em conflito com a lei.